

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS



EMENDA MODIFICATIVA Nº 18 /2015 -CAO
(Do Deputado Robério Negreiros e outros)

*Ao Projeto de Lei nº 182 de 2015 que
"Dispõe sobre a reestrutura das Regiões
Administrativas do Distrito Federal, nos
termos dos arts. 10 a 13 da LODF, e dá
outras providências.*


Dê-se ao inciso VIII a seguinte redação:

Art. 1º.....

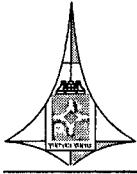
VIII – RA 8 – Núcleo Bandeirante

JUSTIFICATIVA

Uma das mais antigas cidades-satélite do Distrito Federal, o Núcleo Bandeirante, conhecido anteriormente como "Cidade Livre", foi a primeira ocupação dos candangos, sendo posteriormente urbanizada e tornando-se propriamente uma das cidades-satélites. No Núcleo Bandeirante pode-se encontrar a Casa do Pioneiro, a estação ferroviária Bernardo Sayão e a Paróquia Dom Bosco, que são os principais pontos turísticos do Núcleo Bandeirante. A cidade é uma das localidades mais tradicionais do Distrito Federal. A área onde hoje se localizam o Núcleo Bandeirante,

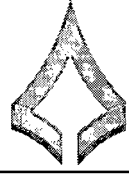
CAF. Recebi
Em 4/3/15
Ass. 
Mat. 13178

em 5/10/15



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS



a Candangolândia (Velhacap) e o Museu Vivo da Memória Candanga (ex-Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira ou Hospital do IAPI) constituiu um dos principais núcleos anteriores à inauguração de Brasília. Esta área formava um conjunto em que cada local cumpria uma função dentro do contexto da construção da nova capital federal. A Velhacap, posteriormente denominada Candangolândia, tinha função administrativa; o Núcleo Bandeirante, função comercial e o HJKO, função hospitalar. Definindo-se o papel que cada núcleo desempenhou nesse contexto, a velha discussão sobre onde nasceu Brasília dissimula-se. As duas localidades surgem ao mesmo tempo e possuem a mesma importância histórica.

Como parte das obras de infra-estrutura necessárias à construção de Brasília, foram abertas pela Novacap, no final de 1956, as principais avenidas do Núcleo Bandeirante, mais tarde conhecido como Cidade Livre. O local em que foi implantada a cidade, fora do perímetro do Plano Piloto, pertencia às fazendas goianas Bananal, Vicente Pires e Gama. O loteamento estava destinado a ter uso exclusivamente comercial e por esse motivo não eram fornecidos alvarás para residências. Sua existência estaria limitada ao período da construção de Brasília (1956-1960). Os lotes foram cedidos em sistema de comodato, isto é, a escritura não era definitiva e deveriam ser devolvidos à Novacap no final de 1959. Para incentivar a vinda de comerciantes para a região a localidade também estava livre do pagamento de impostos. Daí a origem do nome Cidade Livre.

No Núcleo Bandeirante foram concentradas as atividades de prestação de serviços e comércio. Em 1957, de acordo com o recenseamento, já existiam armazéns de secos e molhados, casas de tecidos, restaurantes, barbearias, tinturarias, marcenarias, açougues, farmácias, escolas (duas), cinema, bares, pensões e hotéis. Estes últimos, mesmo em madeira, ofereciam o conforto de colchões de molas. Também foram implantados locais para os cultos religiosos como



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

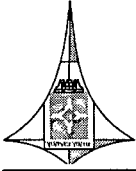
GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS



uma igreja batista, um local para cultos kardecistas e uma igreja católica. Destes, ficou mais conhecida a Igreja São João Bosco, cujo pároco, o Padre Roque Viliati, é sempre lembrado na história da cidade pelos trabalhos desenvolvidos na comunidade.

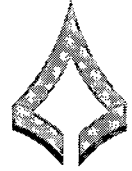
A propaganda intensa sobre a construção da cidade que divulgava o papel da obra para o desenvolvimento do país e as vantagens financeiras oferecidas fizeram com que o fluxo de pessoas, que para cá se deslocavam, fosse aumentando com o passar dos anos. Os acampamentos não tinham acomodações suficientes para abrigar os trabalhadores que chegavam, muito deles, com suas famílias. Começaram a surgir, então, as vilas não oficiais, as chamadas invasões, ao redor dos acampamentos das construtoras. Na Cidade Livre não foi diferente. Em 1960, antes da inauguração de Brasília, a cidade já contava com uma população de 12 mil pessoas, abrigadas irregularmente nas próprias casas comerciais, hotéis e também nas invasões: Morros do Urubu e do Querosene, Vilas Esperança, Tenório, IAPI, e Sarah Kubitschek. Esta última surgiu em julho de 1958 e era formada, em sua maioria, por migrantes nordestinos que vieram para Brasília fugindo de uma das piores secas que assolou a região. Como estratégia para a sua manutenção no local, os moradores deram o nome da esposa do presidente Kubitschek à invasão. Para solucionar o problema dessa e de outras invasões foram criadas as cidades satélites do Gama e Taguatinga, para onde foi transferida a maioria dos moradores. Apesar desta medida, as invasões não foram totalmente erradicadas porque a vinda de pessoas para Brasília continuou e isto gerava maior demanda por moradias.

Com a aproximação da inauguração de Brasília, em abril de 1960, começavam os boatos de desmontagem da Cidade Livre. Teve início, então, um movimento de moradores e usuários da cidade que reivindicavam a sua fixação, contrariamente ao estipulado pela Novacap. O Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS



Bandeirante (MPFUNB), foi apoiado por Jânio Quadros em sua campanha presidencial. Depois das eleições, ele posicionou-se contrariamente à fixação. O Núcleo Bandeirante sofreu, então, intenso controle sob o comando do prefeito de Brasília, Paulo de Tarso, que previa, entre outras formas de controle, a transferência dos moradores das invasões para as cidades satélites do Gama e Taguatinga, já inauguradas, e também a demolição das edificações. O grande número de incêndios verificados nesse período na cidade foi apontado pelas pessoas que viveram essa época como criminosos. Muitos acreditavam que se tratava de uma estratégia para enfraquecer o movimento de fixação.

Como resposta às investidas oficiais, o movimento alcançou alto índice de organização congregando diferentes categorias de trabalhadores como hoteleiros, professores, donas-de-casa, comerciantes, moradores, estudantes e trabalhadores do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria, Construção Civil e Imobiliária de Brasília. O Movimento lançou mão de diferentes estratégias de pressão, desde a articulação com creches para abrigar crianças e cursos de alfabetização, até a propaganda explícita, além dos comícios e articulação com alguns parlamentares, que na época se sensibilizaram com a situação.

A vitória do movimento ocorreu com a fixação da cidade, por meio da Lei nº 4.020, de 20/06/61, do Congresso Nacional, no governo João Goulart, pois, nessa época, Brasília não possuía autonomia política. A partir de então, o Movimento passou a lutar pela implantação da infra-estrutura necessária a uma cidade: água, luz, rede de esgoto, pavimentação, entre outros.

Percebe-se, portanto, que o imenso esforço da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais, ocasionou de forma próspera para a consolidação do Núcleo Bandeirante como local de moradia aos que vivem na cidade. Trata-se de um esforço



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS



conjunto, da comunidade, que criou vínculos cooperativos para que a cidade pudesse se tornar o que é hoje, sendo inquestionável que sua extinção, como prevê o PL 182/2015 não cabe dentro de uma história tão bem constituída.

Assim sendo, é a presente Emenda para evitar que a Região Administrativa do Núcleo Bandeirante seja extinta, tendo em vista os enormes malefícios que tal fato traria a população que ali reside.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2015.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

PMDB/DF

Robério Negreiros
DEPUTADO DISTRITAL